

Governo divide base de apoio em dois blocos

BRASÍLIA — Alvos de milhares de pedidos de parlamentares afoitos em atender suas bases eleitorais, os ministérios da Educação e da Saúde são hoje os instrumentos principais do governo na tentativa de consolidar uma maioria no Congresso. Disposto a investir na estratégia do fisiologismo para garantir o apoio político de que precisa, o presidente Fernando Collor prepara-se para operar com dois blocos na Câmara dos Deputados, a partir de 1992. Além do bloco PFL-PRN, liderado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o governo estimula a articulação do PDS, PTB, PDC e PL em um segundo agrupamento. Juntos, esses quatro partidos somam 113 deputados, que já começam a ser atendidos em seus pedidos de verbas para os municípios em que se concentram suas bases eleitorais.

“O ministro da Educação, José Goldemberg, é hoje o grande xodó dos deputados”, diz o líder do PDC, deputado Eduardo Siqueira Campos (TO), que na segunda-feira aproveitou a reunião das lideranças governistas com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, para fazer um elogio rasgado a Goldemberg. “Quero registrar que as coisas estão andando muito bem, com um atendimento político rápido e eficiente”, disse Siqueira Campos ao assessor parlamentar do Ministério da Educação, Humberto Lacerda. Na semana passada, o deputado José Luiz Maia (PDS-PI) reclamou com o ministro que os recursos que pedira saíram direto para a Delegacia Regional do MEC em seu estado, sem que ele tomasse conhecimento. Imediatamente Goldemberg determinou que todos os repasses fossem feitos em nome dos deputados que solicitaram as verbas.

Lista negra — Na esteira da articulação do novo bloco, que só deve ser formalizado no ano que vem, o assessor parlamentar do MEC mantém sobre sua mesa uma lista em que os parlamentares são identificados por um código, de acordo com o apoio que emprestam ao governo no Congresso. É essa lista que orienta o ministro no atendimento aos pleitos dos políticos, a maioria centrada na construção e recuperação de escolas.

A estratégia acabou vazando quando, por um descuido, Humberto Lacerda deixou por alguns instantes sua sala, durante uma audiência ao deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB). Sobre sua mesa, estava a lista de nomes seguida do código. Bastou um exame rápido da listagem para que Clerot percebesse que estava na lista negra do MEC. Lacerda confirmou que, além do acompanhamento rigoroso dos pedidos, o ministério tem seu controle político, dando conta de que Clerot ficara contra o governo em 90% das votações no Congresso.

No Ministério da Saúde, onde as solicitações de políticos somam Cr\$ 126 bilhões, o critério final na liberação de verbas também será político. Tanto que o ministro Alceni Guerra está reservando os Cr\$ 15 bilhões que lhe sobram do orçamento de investimentos deste ano para distribuir, depois da votação da proposta orçamentária de 1992 no plenário do Congresso.

Alceni dará prioridade aos pedidos dos 120 membros da Comissão de Orçamento, mas para garantir o bilhão de dólares que o governo destinou aos Ciacs, só vai começar a liberar os recursos — a maioria deles para a construção de postos de saúde — depois de aprovado o projeto tal como deseja o governo.